



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUND AJ
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 001 /2021 – FUND AJ / UFAL

DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. COD. DA UNID. GESTORA 153037	2. COD. DA GESTÃO 15222	3. CNPJ 24.464.109/0001-48	4. RAZÃO SOCIAL Universidade Federal de Alagoas - UFAL
------------------------------------	----------------------------	-------------------------------	---

5. ENDEREÇO

Av. Lourival Melo Mota, S/N

6. BAIRRO/DISTRITO Tabuleiro do Martins	7. MUNICÍPIO Maceió	8. UF AL	9. CEP 57072-970	10. DDD 82	11. TELEFONE 3214-1310
--	------------------------	-------------	---------------------	---------------	---------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

12. CPF 163.923.988-05	13. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Josealdo Tonholo	14. DDD 82	15. TELEFONE 3214-1100	16. E-MAIL gr@reitoria.ufal.br	17. CARGO Reitor da Universidade Federal de Alagoas.
---------------------------	---	---------------	---------------------------	-----------------------------------	---

DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

18. COD. DA UNID. GESTORA 344002	19. COD. DA GESTÃO 34202	20. CNPJ 09.773.169/0001-59	21. RAZÃO SOCIAL Fundação Joaquim Nabuco
-------------------------------------	-----------------------------	--------------------------------	---

22. ENDEREÇO

Av. 17 de Agosto 2187 - Casa Forte, Recife - PE

23. BAIRRO/DISTRITO Casa Forte	24. MUNICÍPIO Recife	25. UF PE	26. CEP 52061-540	27. DDD 81	28. TELEFONE (81)3073-6205
-----------------------------------	-------------------------	--------------	----------------------	---------------	-------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

29. CPF 686.268.434-53	30. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Antonio Ricardo Accioly Campos	31. DDD 81	32. TELEFONE (81)3073-6205	33. E-MAIL antonio.campos@fundaj.gov.br	34. CARGO Presidente
---------------------------	---	---------------	-------------------------------	--	-------------------------

OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO

35. IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO / OBJETO DA DESPESA)

Identificação e caracterização do patrimônio cultural do baixo São Francisco.

36. OBJETIVO

Geral

Estudar o patrimônio cultural do Baixo São Francisco através da análise 12 (doze) sítios arqueológicos do sertão sanfranciscano, realizar o estudo de seis comunidades indígenas, e quatro comunidades quilombolas, situadas no alto sertão alagoano, com o intuito de ampliar o conhecimento acerca dos povos que habitaram e habitam a região. Levantamento da cultura material e imaterial dos povos indígena do Alto sertão, mapear seus territórios e sua relação no processo de autoafirmação étnica.

Específicos

- Realizar análises métricas dos grafismos de cada sítio arqueológico;
- Realizar estudos sobre a cultura imaterial de seus grupos indígenas e quatro comunidades quilombolas do alto sertão alagoano;
- Criar banco de dados fotográficos;
- Preencher formulários de análise por sítio arqueológico;
- Levantamento da memória etno-histórica dos povos indígenas no Alto Sertão alagoano;
- Mapear os territórios indígenas apontando seus espaços de afirmação étnica;
- Aquisição de peças oriundas do trabalho, para o Museu do Homem do Nordeste;

- Construir uma cartografia dos povos da região;
- Processar os dados levantados;
- Elaborar de um site/portal eletrônico onde serão registrados os Diários de Campo;
- Elaborar conteúdo de livro para subsequente publicação pela editora Massangana.

37. PÚBLICO ALVO

População dos municípios de Delmiro Gouveia, Alagoas, Canindé do São Francisco-Sergipe e Petrolândia-Pernambuco, além do público acadêmico das áreas abordadas neste projeto.

38. JUSTIFICATIVA

A região do sertão sanfranciscano e todo seu entorno, dispõe de uma área favorável a existência de sítios arqueológicos, especialmente os sítios de registro rupestre. As características geológicas e geomorfológicas, com uma elevada densidade de afloramentos rochosos justificam a presença desses sítios gráficos. Os estudos nessa área são escassos, sendo composto em sua grande maioria de pesquisas provenientes da arqueologia preventiva, e pouco se sabe sobre os povos pretéritos, com exceções pontuais, como é o caso dos sítios Justino e São José II, em Canindé do e Delmiro Gouveia, respectivamente. Os estudos dos sítios arqueológicos de registro rupestre São Francisco fornecerão importantes informações sobre os povos que ocuparam a região na pré-história, especialmente no que se refere as técnicas utilizadas para realização dos grafismos, e se haviam similaridades e/ou diferenças nesses escolhas. O banco de dados imagéticos servirão de referência para futuros pesquisadores, sem que haja a necessidade de deslocamento até o local dos sítios.

As comunidades indígenas e quilombolas do alto sertão alagoano dispõem de uma rica história em as trajetória, e as especificidades que elas apresentam em termos patrimônio imaterial demonstra o quanto imperioso é o registro e estudo desses povos.

A partir do século XX os povos Indígenas do Nordeste se tornam objetos de estudos nas pesquisas, com um olhar direcionado para compreender suas formas de reorganização étnica e estratégias de resistências. Em contrassenso a política indigenista da época que visava a integração das populações indígenas, no Nordeste muitas delas foram resistentes até mesmo a expulsão dos territórios, como estratégia de sobrevivência se submeteram aos aldeamentos, outras famílias que fugiram instalaram-se em outras regiões, assim conseguiram manter em silêncio a memória de suas identidades étnicas. Os indígenas criaram várias estratégias para manterem suas identidades resguardadas, ficando alguns destes na invisibilidade. “A perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidencia a pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar perseguições em nível local”. (SILVA JUNIOR, 2013, p.36). O sertão alagoano apresenta uma diversidade em seus povos, ligados a sua trajetória histórica de relação com outros povos da bacia do São Francisco, tem como referência o povo indígena Pankararu em Tacaratu-PE. Em seus processos de diásporas, reconstruíram suas identidades ressignificando-se na relação com o meio e criando uma rede de relações interétnica que os permitem se reconhecerem e serem reconhecido como grupo étnico. Essa dinâmica fortaleceu os laços com signos e símbolos que os distinguem da população do entorno, o mapeamento destas áreas indígenas relacionada a experiência de troca de saberes com seus símbolos e signos, poderá facilitar o reconhecimento da trajetórias destas populações e suas redes de troca simbólica, na perspectiva de autoafirmação da identidade, além de apresentar um relato da cultura imaterial destes povos.

A Fundaj, ao descentralizar os créditos para o projeto específico não se exime nem se ausenta da sua execução. Na verdade, cumpre, na concepção e na prática, o que está disposto textualmente no decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, no seu artigo 3º, que assim define, no que diz respeito às finalidades:

“Art. 3º A descentralização de créditos orçamentários de que trata este Decreto será motivada e terá as seguintes finalidades:

“I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração



mútua;

“II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora.”

Portanto, trata-se de algo, efetivamente, “de interesse recíproco”, e de “colaboração mútua”. O que se completa no inciso II, pois trará o projeto, na sua consecução, um concreto benefício à Fundaj.

O segundo aspecto a destacar é que o projeto está em exata sintonia com os propósitos da Fundaj descritos na lei de sua criação, estatuto e regimento, inclusive na sua área de abrangência regional. No entanto, a realização dá-se em área geograficamente muito distante da sede. Não dispondo a Fundaj dos meios materiais e de recursos humanos adequados – seja para o deslocamento, seja para a realização completa de um projeto tão relevante aos seus objetivos – encontrou numa instituição de ensino superior federal a colaboradora ideal, seja pelo conhecimento técnico e científico que demonstra, seja pelos meios logísticos e operativos.

Portanto, ao não conseguir realizar em solitário o projeto, exceto se tivesse um imenso montante de recursos suficientes para as contratações e realizações de trabalho de campo indispensáveis a um projeto dessa natureza, lança mão de um meio legítimo, racional e exequível do uso de recursos públicos com vistas aos seus propósitos, de modo colaborativo. Um projeto que pretende “a identificação e caracterização do patrimônio cultural do Baixo São Francisco” é de evidente complexidade. A soma das capacidades técnicas, científicas e culturais de duas instituições federais de reconhecida excelência possibilitará a sua realização na qualidade necessária ao conhecimento e desenvolvimento da região Nordeste.

COMPETÊNCIAS E ENTREGAS:

Quando da realização das atividades de campo nas aldeias indígenas e comunidades quilombolas, havendo peças artesanais confeccionadas por esses grupos, serão adquiridas e devidamente registradas e descritas para compor o acervo do Museu do Homem do Nordeste.

Com o intuito de permitir o acompanhamento das atividades desta pesquisa, prezando pela transparência e pela possibilidade de acesso por todos os interessados na temática, será desenvolvido um site obedecendo as configurações e normas visuais orientadas pela FUNDAJ, e este será alimentado semanalmente, com informações sobre o andamento dos trabalhos, por um integrante da equipe designado para esta atividade. Durante as pesquisas, especialmente instituições que dispõem de acervos documentais, em se tendo contato com documentação primária, estas serão, após as devidas autorizações, devidamente digitalizadas e também disponibilizadas no site.

Compete à Universidade Federal de Alagoas, desenvolver estudos que possibilitem ampliar o conhecimento acerca das especificidades culturais da região do baixo São Francisco, zona de confluência dos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, de acordo com as Metas e Produtos abaixo discriminados:

1.0 - Meta 1: Visita de doze sítios arqueológicos, sendo quatro em cada um dos três estados; realizar estudos em seis comunidades indígenas e quatro comunidades quilombolas do alto sertão alagoano.

1.1 - Atividades a serem desenvolvidas:

- 1.1.1. Descrição da metodologia de trabalho e atividades que serão realizadas;
- 1.1.2. Constituição da equipe técnica;
- 1.1.3. Elaboração do cronograma de atividades.



1.2 - Produtos:

1.2.1. **Relatório Parcial 1**, contendo:

1.2.1.1. Apresentação da Metodologia de trabalho, equipe técnica; e cronograma de atividades.

2.0 - Meta 2: Levantamento de documentos existentes / mapas / informações etnohistóricas. Síntese dos estudos prévios.

2.1 Atividades a serem desenvolvidas:

2.1.1. Revisão das fontes existentes a partir de:

- a) Levantamento de dados (cadastros, relatórios, trabalhos científicos, base cartográfica, metodologias prévias, etc.);
- b) Reconhecimento geral das áreas a serem pesquisadas com dados temáticos;
- c) Realização de sobrevoos das áreas selecionadas, para registro fotográfico, utilizando veículo aéreo não tripulado (VANT/ Drones);

2.2 - Produtos: **Relatório Parcial 2**, contendo:

2.2.1. Mapa das áreas da área de pesquisa contendo indicação do patrimônio cultural existente (assentamentos urbanos e rurais);

2.2.2. Caracterização preliminar do patrimônio cultural.

3.0 - Meta 3: Elaboração / caracterização do patrimônio cultural arqueológico.

3.1 - Atividades a serem desenvolvidas:

3.3.1. Mapeamento dos sítios arqueológicos utilizados como objeto da pesquisa, contendo:

- a) Identificação e caracterização;
- b) Definição dos critérios de análise;
- c) Identificação dos elementos que estão interferindo na preservação;
- d) Registro fotográfico detalhado;

3.2 - Produtos: **Relatório Parcial 3**, contendo:

3.2.1. Resultado das análises de quatro sítios arqueológicos - Pernambuco.

3.2.1.1. Os resultados serão apresentados em quadros síntese que contém: as áreas mapeadas, setores e respectivos graus de risco na preservação, indicando os fatores naturais e antrópicos;

3.2.1.2. Texto contendo todas as atividades desenvolvidas

3.3 - Produtos: **Relatório Parcial 4**, contendo

3.3.1. Resultado das análises de quatro sítios arqueológicos - Alagoas.

3.3.1.1. Os resultados serão apresentados em quadros síntese que contém: as áreas mapeadas, setores e respectivos graus de risco na preservação, indicando os fatores naturais e antrópicos;

3.3.1.2. Texto contendo todas as atividades desenvolvidas

3.4 - Produtos: **Relatório Parcial 5**, contendo:

3.4.1. Resultado das análises de quatro sítios arqueológicos - Sergipe.

3.4.1.1. Os resultados serão apresentados em quadros síntese que contém: as áreas mapeadas, setores e respectivos graus de risco na preservação, indicando os fatores naturais e antrópicos;

3.4.1.2. Texto contendo todas as atividades desenvolvidas

4.0 – Meta 4: Realização de estudos em seis comunidades indígenas do alto sertão alagoano.

4.1 - Atividades a serem desenvolvidas:

- 4.1.1. Levantamento etnohistórico;
- 4.1.2. Definição dos critérios de análise;
- 4.1.3. Registro fotográfico detalhado;
- 4.1.4. Elaboração do Relatório Final.

4.2 - Produtos: **Relatório Parcial 6**, contendo:

- 4.2.1. Caracterização detalhada do patrimônio cultural de seis povos indígenas;

5.0 – Meta 5: Realização de estudos em quatro comunidades quilombolas do alto sertão alagoano.

5.1 - Atividades a serem desenvolvidas:

- 5.1.1. Levantamento etnohistórico;
- 5.1.2. Definição dos critérios de análise;
- 5.1.3. Registro fotográfico detalhado;
- 5.1.4. Elaboração do Relatório Final.

5.2 - Produtos: **Relatório Parcial 7**, contendo:

- 5.2.1. Caracterização detalhada do patrimônio cultural de seis povos indígenas;

6.0 – Meta 6: Síntese dos resultados

6.1 - Atividades a serem desenvolvidas:

- 6.1.1. Elaboração de relatório final;

6.2 - Produtos: **Relatório Final 8**, contendo:

- 6.2.1 Relatório contendo todas as informações detalhadas das atividades desenvolvidas.

APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS:

- Os arquivos vetoriais das cartas e imagens serão entregues no formato Shapefile (.shp) ou outro formato passível de exportação para sistema ArcGis ou compatíveis com padrão OpenGIS.

- Todas as imagens georreferenciadas;
- Os mapas de localização dos assentamentos urbanos ou rurais serão entregues em formato kmz.
- Todos os relatórios deverão ser entregues para a FUNDAJ em meio físico (papel) e em formato digital (formato pdf).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bernon de. Nova cartografia social: territorialidade específicas e politização da consciência das fronteiras. In: Povos e Comunidades Tradicionais, Nova Cartografia social. Org. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Emanuel de Almeida Farias Júnior. Manaus, 2013.

AMORIM, Silvéo Soares. Os Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katokinn: resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão Alagoano. Porto Alegre, PPGAS – UFRGS, 2010. (Tese de Doutorado em Antropologia Social).

- Angrosino, Michael. Etnografia e observação participante. Tradução José Fonseca. São Paulo: bookman, 2009.
- GALLOIS, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: FANY, Ricardo. Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- HERBETTA, Alexandre Ferraz. Peles Braidas: modo de ser Kalankó. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.
- LITTLE, Paul. Território Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. Brasília, 2002.
- MURA, Claudia. Todo Mistério tem dono! Ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2013.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. "A problemática dos índios misturados e os limites do estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história". In: Ensaios em Antropologia Histórica. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- GUIDON, Niède. A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato: síntese de 10 anos de pesquisas. <https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1985-N2/clio1985%201.pdf>.
- KESTERING, Celito. Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho. UFPE. Recife. (Tese de Doutoramento). 2007.
- MARTIN, Gabriela. As pinturas rupestres do sítio Alcobaça, Buíque-PE, no contexto da Tradição Agreste. <https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2005-N18/2005a2.pdf>.
- MARTIN, Gabriela. GUIDON, Niède. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do Nordeste do Brasil. CLIO Arqueológica. V.25. n° 1. Recife, pp. 11-30, 2010.
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. - 5^a ed. Universitária da UFPE, 2013.
- MARTINS DOS SANTOS, Raphael Godinho E KESTERING, Celito. Registros Rupestres da Toca do Gado, Município de São Gabriel – BA. 2017 En Rupestreweb, <http://www.rupestreweb.info/tocadogado.html>.
- PESSIS, A-M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Nordeste do Brasil. Revista Clio – Série Arqueológica, Recife, n. 8, p. 35-68. 1992.

39. RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

Este Termo de Execução Descentralizada reger-se-á pelo Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, pela Portaria MI n. 173, de 23 de julho de 2015.

I - Para atingir o objeto pactuado, as partes comprometem-se a disponibilizar as informações necessárias para o bom andamento das atividades do projeto, bem como a cumprir as seguintes obrigações:

II - Compete à unidade descentralizadora:

- Encaminhar para publicação o Termo de Execução Descentralizada no sítio da FUNDAJ;
- Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários, em conformidade com o cronograma de desembolso;
- Efetuar o repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, condicionado à liquidação da despesa, pela unidade descentralizada;
- Acompanhar a execução física do objeto e verificar sua adequação por meio do Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado;
- Registrar no SIAFI os valores a liberar formalizados por TED de forma a garantir a liberação dos recursos financeiros no exercício seguinte;
- Prorrogar de “ofício” a vigência do instrumento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

III - Compete a unidade descentralizada:

- Executar o objeto de acordo com o proposto no presente TED;
- Acompanhar a execução física e financeira do Objeto;
- Adotar todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;
- Informar à unidade descentralizadora sobre a liquidação da despesa via comunica SIAFI;
- Apresentar, quando necessário, proposta de termo aditivo devidamente justificada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência do TED;
- A unidade descentralizada deverá manter arquivado o projeto básico ou termos de referência, com o devido detalhamento da estimativa de custos dos bens e serviços utilizados para elaboração do TED, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de comprovação do cumprimento do objeto, pela unidade descentralizadora;
- Efetuar o registro e controle patrimoniais dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED; Assegurar e destacar a participação da FUNDAJ em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste Termo;
- Restituir à unidade descentralizadora o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED, ou ainda, devolver o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED;



i) Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos até 15 dias antes da data estabelecida anualmente pela norma de encerramento do correspondente exercício financeiro divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Economia;

j) Informar a unidade descentralizadora, até 31 de dezembro de cada ano, o valor total que será inscrito em restos a pagar.

IV - Do acompanhamento e da apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto:

- a) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório de Cumprimento do Objeto, até 60 dias após a vigência do TED;
 b) Informar, nas contas anuais da entidade, os créditos executados por descentralização, aos órgãos de controle.

40. VIGÊNCIA

Este TED terá **vigência de 12 meses**, contados a partir da sua publicação no sítio da FUNDAJ, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da unidade descentralizada, devidamente fundamentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

Para a execução do TED, o crédito deverá ser descentralizado na rubrica 33.90.39 da FUNDEPES, como explicitado a seguir na previsão orçamentária.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

41. PROGRAMA DE TRABALHO	42. PLANO INTERNO	43. FONTE	44. NAT. DESPESA	45. VALOR (EM R\$ 1,00)
173656	V4000N20DEN	8100	33.90.39	366.881,31
46. TOTAL				R\$ 366.881,31*

Observações referentes à execução: *Os recursos serão executados com a interveniência da Fundação de Apoio.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

47. META.	48. DESCRIÇÃO	49. PRAZO DE CUMP. (EM MESES)	50. FÍSICO		53. FINANCIERO		
			51. UNID	52. QUANT	54. N. DA PARC.	55. LIBER. (MÊS)	56. VALOR (EM R\$ 1,00)
1ª parcela	Início do Projeto	0	1	50 %	1	Dezembro / 2021	183.440,655
2ª parcela	Apresentação das Metas 1 e 2	5	1	30%	1	Maio / 2022	110.064,393
3ª parcela	Apresentação da Meta 3 e 4	8	1	20%	1	Agosto / 2022	73.376,262
	Apresentação da Meta 5 e 6	12	1	0%	1		0,00
57. TOTAL							366.881,31

ASSINATURAS

Recife, ____ de novembro de 2021.

Assinatura da unidade descentralizada

Assinatura da descentralizadora

Antônio Ricardo Accioly Campos
Presidente